



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CGETI
Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação

ATA DA 23ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGETI

Data: 9 de julho de 2020, das 14:00 às 16:00.

Forma de realização: On-line, via aplicativo Teams/Microsoft.

Tipo: Ordinária

Participantes:

Membros do Comitê:

Luiz Fernando S. Serique Júnior	CGTI	serique@tjdft.jus.br
Roberto Amorim Becker	AGM	roberto.becker@tjdft.jus.br
Henrique Carvalho dos Santos	SESOT	henrique@tjdft.jus.br
Raimundo Macedo de Souza	SEATI	macedo@tjdft.jus.br
Michelle Kakoi Lelis	SEDES	michelle.lima@tjdft.jus.br
Michelle Kakoi Lelis	SUMOD	michelle.lima@tjdft.jus.br
Kleber Aires Belém	SUTEC	kleber@tjdft.jus.br
Helber de Oliveira Abreu	SUPJE	helber.abreu@tjdft.jus.br
Raymundo Avelino Aben-Athar	SUGIT	raymundo.athar@tjdft.jus.br
Cristiano Rodrigues Pereira Júnior	SERGSJ	cristiano.junior@tjdft.jus.br
Juliana Sousa Nogueira	EPROJTI	juliana.nogueira@tjdft.jus.br

Convidados:

Alexandre Eduardo Borges	SERSAB	alexandre@tjdft.jus.br
Rossana Stanizio Frattini Ramos	SESOT	rossanar@tjdft.jus.br
Natasha Ribeiro Prado Barros	SEDES	natasha.barros@tjdft.jus.br

Ausente o representante da SUREL.

Pauta

1. Conclusão da análise e aprovação da versão final da minuta da Portaria Conjunta que regulamenta a Política de Controle de Acesso às Bases de Dados Institucionais.

Questões preliminares

Não foram abordadas questões preliminares.

Assuntos tratados

1. Conclusão da análise e aprovação da versão final da minuta da Portaria Conjunta que regulamenta a Política de Controle de Acesso às Bases de Dados Institucionais.

Sob a presidência do Coordenador-Geral de TI, teve início a reunião com a contextualização da matéria, tendo sido informado que na sessão anterior a análise da minuta do normativo tinha sido interrompida no artigo 10º, cabendo ao colegiado, diante da relevância do assunto, da ausência de dispositivo regulamentador sobre o tema no TJDFT e da necessidade de prosseguimento da proposição nos PAs 13.287/2017 e 8.496/2019, concluir a análise da minuta. Após saneamento dos artigos anteriores, foi iniciada a revisão da minuta a partir do artigo 11, tendo sido objeto de discussão minuciosa todos os dispositivos restantes. Durante a discussão, a redação do normativo foi aprimorada de acordo com as sugestões apresentadas e ratificadas pelo Colegiado, restando, ao final, aprovada, por unanimidade, a versão que integra a presente ata (doc. 1436766).

Deliberação: Foi aprovada, por unanimidade, a minuta da Portaria Conjunta que regulamentará a Política de Controle de Acesso às Bases de Dados Institucionais no TJDFT, devendo o documento, além de compor a ata da reunião, ser anexado aos PAs 13.287/2017 e 8.496/2019, para continuidade das proposições.

Ações a serem adotadas:

	Descrição	Responsável
1	Anexar a minuta da Portaria Conjunta que regulamentará a Política de Controle de Acesso às Bases de Dados Institucionais no TJDFT, aprovada na reunião, aos PAs 13.287/2017 e 8.496/2019, para prosseguimento.	AGM

Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Roberto Amorim Becker, na qualidade de Secretário do Comitê na oportunidade, lavrei a presente ata, que, por expressão da verdade, segue assinada pelos membros do Comitê de Gestão de TI.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Amorim Becker, Técnico Judiciário**, em 30/07/2020, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Roberto De Moraes Dantas, Assessor(a)**, em 31/07/2020, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Sirotheau Serique Junior, Coordenador(a)**, em 31/07/2020, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Macedo de Souza, Secretário(a)**, em 31/07/2020, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Carvalho Santos, Secretário(a)**, em 31/07/2020, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Rodrigues Pereira Junior, Analista Judiciário**, em 31/07/2020, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Kakoi Lelis, Subsecretário(a)**, em 31/07/2020, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Aires Belem, Subsecretário(a) Substituto(a)**, em 31/07/2020, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Helber De Oliveira Abreu, Subsecretário(a) Substituto(a)**, em 31/07/2020, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Sousa Nogueira, Supervisor(a)**, em 03/08/2020, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1434494** e o código CRC **3F0E3221**.